

“IRMÃO DO MEU IRMÃO” – O DIREITO DE VISITAR, REVISITADO

M. Remzi Sanver (Grande Loja da Turquia)

Em 11 de maio de 2013, a Grande Loja da Turquia concedeu um direito condicional de visita aos maçons pertencentes a grandes lojas regulares que não são necessariamente reconhecidas. A condição exige que a grande loja do irmão visitante seja reconhecida por pelo menos uma grande loja que, por sua vez, seja reconhecida pela Grande Loja da Turquia. A visita também requer a aprovação final do Grão-Mestre mas, afinal, com esta decisão, a Grande Loja da Turquia aceita oficialmente que “o irmão de um irmão é um irmão” e, como tal, poderá ter o direito de visitar alojamentos turcos. Esta aceitação quebra a equivalência tradicional entre o direito de visita e reconhecimento, expandindo a esfera dos irmãos que podem visitar as lojas turcas de constituições reconhecidas para regulares.

Neste ponto, pode ser útil lembrar que a regularidade de uma grande loja é o cumprimento de um conjunto bem definido de princípios que visam preservar os valores tradicionais da Maçonaria, sendo, portanto, um conceito objetivo. Por outro lado, o reconhecimento é um privilégio subjetivo que duas grandes lojas podem ou não conceder uma à outra. Durante as últimas duas décadas, o panorama mundial da Maçonaria exibiu uma disparidade cada vez maior entre regularidade e reconhecimento. Embora a regularidade seja necessária para o reconhecimento, as decisões relativas ao reconhecimento normalmente envolvem critérios subjetivos

adicionais que contêm principalmente elementos políticos de natureza maçônica ou mesmo não maçônica. Como resultado, abundam grandes lojas regulares que não estão em reconhecimento mútuo.

É, de fato, esta observação que motivou a referida decisão da Grande Loja da Turquia. A tradicional equivalência entre o direito de visita e o reconhecimento é fruto de um mundo em que as decisões de reconhecimento se baseiam apenas na regularidade, pelo que o fosso entre o reconhecimento e a regularidade é inexistente. Em tal mundo, estabelecer o direito de visita equivalente ao reconhecimento une todos os irmãos regulares enquanto os dissocia com sucesso de entendimentos da Maçonaria que não são compatíveis com os princípios da regularidade.

Por outro lado, equiparar o direito de visita ao reconhecimento em um mundo onde há uma grande lacuna entre o reconhecimento e a regularidade tem o efeito negativo de impor barreiras entre os irmãos regulares. Além disso, quando a lacuna entre reconhecimento e regularidade é de alguma forma “política”, está implícita uma dissociação baseada na “política” que, muito menos tendo algo a ver com regularidade, é ortogonal aos valores centrais da Maçonaria regular. A decisão da Grande Loja da Turquia quebra a tradicional equivalência entre reconhecimento e direito de visita, ao mesmo tempo em que torna o direito de visita quase equivalente à regularidade. A decisão é um passo para remover as barreiras entre irmãos regulares e contribuir para sua mobilidade, preservando a dissociação da Maçonaria regular de outras abordagens não tradicionais do Ofício.

Uma prática importante da política de “irmão do meu irmão” pode ocorrer quando várias grandes lojas regulares que não estão em amizade existem no mesmo território. A Itália (com o Grande Oriente da Itália e a Grande Loja Regular da Itália) e a Grécia (com a Grande Loja da Grécia e a Grande Loja Nacional da Grécia) são dois casos bem conhecidos na Europa. Na América do Sul, o Brasil apresenta um caso onde há superposição territorial entre grandes lojas regulares, e nos EUA, o conflito histórico com a Grande Loja Prince Hall ainda prevalece em alguns estados. Quando há um conflito territorial, a regra é reconhecer apenas um dos muitos. Com a política de “irmão do meu irmão”, uma grande loja pode manter suas lojas abertas a todos os irmãos regulares daquele território, sem violar a regra.

A política do “irmão do meu irmão” atrai não apenas uma posição mais próxima dos valores da fraternidade maçônica, mas também uma aceitação da realidade do mundo de hoje. Afinal, os irmãos turcos já podem compartilhar reuniões rituais com os irmãos “não reconhecidos” cobertos por esta política. Isso normalmente ocorre sob uma terceira grande loja que reconhece tanto a Grande Loja da Turquia quanto a grande loja do irmão “não reconhecido”. Além disso, devido à possibilidade de pertencer a mais de uma grande loja, há casos em que o irmão “não reconhecido” pode visitar as lojas turcas com o avental de sua outra grande loja reconhecida pela Grande Loja da Turquia.

Por exemplo, na Grécia, a Grande Loja da Turquia reconhece a Grande Loja da Grécia (portanto, não é a Grande Loja Nacional da Grécia), mas um irmão turco pode comparecer à reunião de uma loja sob a Grande Loja da Irlanda (que reconhece a Grande Loja Nacional da Grécia) onde desfrutaria da companhia

de seu irmão que é membro da Grande Loja Nacional da Grécia. Além disso, se esse irmão grego também for membro da constituição irlandesa, ele também poderá visitar as lojas turcas nessa qualidade. No entanto, apesar de tais realidades, sem a política do “irmão do meu irmão”, o discurso oficial afirmaria que os irmãos turcos não podem compartilhar reuniões rituais com os irmãos da Grande Loja Nacional da Grécia.

Assim, a política de “irmão do meu irmão” da Grande Loja da Turquia não apenas contribui para a associação de todos os maçons regulares, mas também mantém a sinceridade, um dos valores centrais da Maçonaria, e alivia o discurso oficial do fardo de estar em contradição. com a realidade.